

REFLEXÕES

SACRAMENTOS:

uma abordagem
teológica e pastoral

04

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
Centro de Estudos Anglicanos

Apresentação

Porto Alegre, 06 de agosto de 1998 A.D.
Transfiguração de Nosso Senhor Jesus Cristo

O **Reflexões** chega ao seu quarto número. Atendendo às principais demandas de formação teológica de nossa Igreja, abordamos neste número o tema dos Sacramentos.

Trata-se de uma área em que há pouca literatura em Português e numa perspectiva anglicana. Por isso este número servirá tanto para a formação de quadros nos CETs e Seminários Regionais, como também para os ministros leigos, párocos e lideranças leigas.

Esperamos que seja útil para o desenvolvimento das pastorais e da preparação de pessoas para a Confirmação.

Iniciamos neste número uma nova experiência de layout, bem como a ampliação da tiragem, visando sempre atender o maior número de pessoas. Esperamos que este material atinja o objetivo proposto.

Como parte de sua metodologia de trabalho, o CEA está aberto a sugestões que contemplem áreas ou enfoques que este material não tenha contemplado.

Em Cristo Jesus, Senhor Nosso

Rev Francisco de Assis da Silva
Coordenador

Na Igreja há dois atos básicos, pelos quais somos recebidos na Igreja por Cristo, participamos do Espírito Santo e recebemos o corpo glorificado de Cristo e dele alimentamos por meio do mesmo Espírito Santo. Esses atos são realizados com o uso da água, e por comer e beber o pão e o vinho, que são coisas materiais. Esses atos são denominados de Sacramentos do Evangelho. E existem outros atos sacramentais na vida da Igreja.¹ Os anglicanos costumam denominá-los de ritos sacramentais da Igreja.²

O termo sacramento ou o sacramental não se encontra no Novo Testamento, embora existam idéias e realidade como o Batismo e a Eucaristia. O termo sacramento foi introduzido na Igreja quando o latim veio a ser usado entre os cristãos. Na Igreja onde se falava o grego o *mysterion*, ao invés de *sacramentum*, era a designação.

Sacramentum era um termo em uso, no mundo das leis e na vida militar, no Império Romano. Os que estavam em demanda judicial depositavam no templo um penhor, demonstrando a disposição de pagar as indenizações. Entre os militares o *sacramentum* era o juramento de fidelidade.

Consta que, por razões desconhecidas, os cristãos adotaram esse termo para designar qualquer ato da Igreja. Posteriormente, o sacramento veio a ser entendido como o sinal visível e externo que comunica a graça de Deus. Pois, atrás dessa visão de que, pelo comer o pão e beber o vinho, por exemplo, Deus comunica a graça da presença de Cristo glorificado está a doutrina cristã da Encarnação. O sacramento pressupõe que a Palavra do Deus Criador assumiu a carne. Esse Verbo feito carne é a Palavra eterna com quem, por quem e para quem Deus criou todas as coisas. Em poucas palavras, o termo sacramento veio depois, mas a realidade já estava em ação na Igreja.

Então, temos aqui a compreensão do sacramento no próprio Cristo, não apenas no fato histórico de sua ordem: fizeti isto em memória de mim, mas na sua realidade. Essa percepção foi expressa, na segunda metade deste século, por **Arthur Peacocke**. Ele expressou a compreensão do sacramento via Encarnação da seguinte maneira: a vida do Verbo feito carne é o supremo sacramento. Nessa vida visível e histórica de Cristo está a expressão e ação únicas da bondade de Deus, e do seu propósito para com toda a criação.³ Ele vê a realização desse propósito divino em termos de processo dinâmico evolutivo, no qual o Espírito Santo é o poder criador presente em todos os níveis da existência. A Eucaristia expressa o caráter sacramental de toda a humanidade na medida em que essa humanidade realiza o propósito de Deus. Com isso,

Peacocke vê na Eucaristia a compreensão da Igreja sobre a atividade humana. Como tal é a expressão concentrada do que a vida como um todo é (e deve ser) e não apenas da vida “religiosa”. Então, a Eucaristia é apenas o que a Igreja faz? Diz ele: “na medida em que expressa o que a vida é como realização do propósito divino, a Eucaristia relaciona essa visão da vida com a vida histórica e morte e ressurreição de Jesus Cristo e seu sentido para toda a humanidade ... A Eucaristia é, portanto, não só plenamente humano em sua referência, mas também inteiramente e de modo único a doação divina centrada em Cristo.”⁴

Essa visão, que relaciona o Sacramento e a Encarnação, remonta a **Richard Hooker**. Nele a realidade da comunhão com Deus por meio dos sacramentos está em Cristo. O fato de que Deus assumiu a carne em Cristo é a demonstração de que Ele comunica a sua bondade, a graça, o dom da humanidade redimida por meio de coisas que Ele criou. A graça quer dizer a bondade e favor de Deus por nós. Essa graça é a Encarnação. O que a Encarnação revelou foi a ação imerecida de Deus em favor da vida. A graça torna as pessoas participantes da vida com Deus. Então, o dom de Deus tem, pela própria graça, a dimensão da tarefa humana. A graça capacita a resposta e participação humanas. É isso que o sacramento comunica e ajuda os cristãos.

Na primeira metade deste século, **William Temple** pensou no “Universo Sacramental” baseado na Encarnação. Aliás, **Peacocke** se inspirou no Arcebispo de Cantuária. Nessa visão Deus vem ao encontro das pessoas, das comunidades através de eventos da natureza e da história. Tal é a afirmação da realidade criada que Temple chegou a dizer que o cristianismo é a religião mais materialista de todas as religiões. (Nature, Man and God) Naturalmente trata-se da afirmação a partir da fé, principalmente, da Encarnação. Assim, para os anglicanos é muito familiar a concepção divulgada no meio ecumênico baseada em **E. Schillebecxks** do Cristo como sacramento de Deus e a Igreja como o sacramento de Cristo. Do mesmo modo, a idéia de **A. Schmemmann**, teólogo ortodoxo, de que o mundo como um todo em que a humanidade come, bebe, trabalha, e constrói a comunidade é o sacramento da comunhão com Deus.⁵ não deixa de ter uma boa ressonância na tradição anglicana.

Massey Shepherd, liturgista recém falecido, **entretinha** com base sólida no Novo Testamento a idéia do Sacramento do Reino de Deus ao lado do Sacramento do Corpo de Cristo.⁶ De fato, *Isto é o meu corpo ... é seguido de jamais beberei do fruto da videira até àquele dia em que hei de beber, novo, no reino de Deus.* (Mc 14.22-27// Mt 26.26-30//Lc22.19-23)

Com efeito, Jesus veio proclamando a chegada do reinado de Deus, o domínio sobre toda a Criação que Ele reclama. Suas parábolas, sua acolhida a

todos, principalmente, dos pobres, social e religiosamente marginalizados como coletores de impostos e pecadores, os enfermos indesejados como impuros (leprosos), deficientes físicos e mentais. A sua mesa com eles era sinal da chegada desse domínio divino que reclama para si o mundo todo. O ponto culminante dessa inauguração é a morte e ressurreição de Jesus e o derramamento do Espírito Santo sobre homens, mulheres, crianças e jovens. O corpo partido na Cruz para a doação em favor deste mundo, das pessoas que até se Lhe opõem, (pois amou-as até o fim, Jo 13) para que o domínio de Deus fosse aceito (“para que o mundo creia”) e a sua ressurreição inauguram a nova criação, a vida em comunhão com Deus e uns com os outros, a cidade que vem de Deus (Ap 21).

Então, a Igreja em união com Cristo é o Sacramento de Cristo e do seu Reino. Isto tem também ressonância ecumênica. É muito comum no mundo ecumênico falar na Igreja como o sinal do Reino de Deus.

Também é muito comum falar no Sacramento da Refeição, a Ceia do Senhor. Essa refeição sacramental é a antecipação do Banquete do Reino. Essa antecipação é expressa por meio da metáfora do aperitivo.

O Sacramento do Corpo se refere à comunidade-comunhão criada pelo partir do Corpo de Cristo. Nele muitos são um só corpo e um só pão. (1Co 10.16-17). **Santo Agostinho** disse que o pão na mesa somos nós. Essa comunhão-comunidade aponta para o Banquete final do Reino. E quem assim aponta é pecadora justificada, feita justa diante de Deus. E a Refeição que antecipa o Banquete do Reino mostra que a Igreja é com a celebração eucarística a expressão e instrumento do Reino inaugurado.

Assim, o sacramento como sinal visível da graça interna deve ser entendida em associação estreita com a Liturgia como a ação conjunta do povo de Deus.⁷ Em outras palavras, a Igreja como a comunidade de Cristo e do Espírito Santo é Sacramento de Cristo.

Essa concepção representa mais a recuperação na segunda metade deste século. No dizer de **Louis Weil** (*anglicano de tradição católica*), **Newman** (*que se tornou, posteriormente, cardeal da Igreja Romana*) e os do **Movimento de Oxford** (*movimento anglo-católico, na Igreja da Inglaterra*) não chegaram a pensar na dimensão social-comunitária dos sacramentos. Porém eles viram que todos os atos sacramentais da Igreja têm uma relação implícita com a Eucaristia. Na verdade, os teólogos carolíngios⁸ entenderam que a liturgia tinha uma relação estreita com a vida comunitária da Igreja. Assim, o Batismo, embora ministrado aos indivíduos, tinha, para eles, uma significação comunitária.

Encontramos entre esses teólogos uma ênfase salutar da ressurreição e do Espírito Santo nos Sacramentos. Na época, a ênfase na Eucaristia estava

centrada no sacrifício do Calvário. Porém **Jeremy Taylor** foi uma exceção. Esse bispo inglês colocou a Eucaristia sob a perspectiva da ressurreição de Cristo.

Então, o que se fala, em nossos dias no anglicanismo e nos círculos ecumênicos, com referência aos sacramentos como o Sacramento da Refeição Pascal, antecipação do Banquete do Reino, Sacramento do Corpo de Cristo e do seu Reino, Sacramento como a ação do Deus Triuno na Igreja e pela Igreja são, de certo modo, sistematização do que se foi dito na história cristã com base nas Escrituras, com a leitura aguçada da Bíblia, tendo um olho atento na coisas que acontecem neste século.

Certamente, as pesquisas da Bíblia, e as pesquisas e experimentos litúrgicos promovidos pelo Movimento Litúrgico, de cunho ecumênico, que incluiu teólogos de diferentes áreas, párocos e missionários em diferentes culturas, contribuíram muito para uma visão mais inclusiva, mais profunda dos sacramentos e da eclesiologia mais consciente da tensão do *já e do ainda não* que a Igreja sofre como um sinal do Reino de Deus. No que se refere ao anglicanismo deste século, podemos mencionar dois nomes: **Gregory Dix** e **Massey Shepherd**. Naturalmente, há nomes como **J. A. T. Robinson**, **M. Hatchett**, **Charles Price**, **Louis Weil**, **L. Mitchell**, **R. C. Jaspers**, **M. Micks**. Fazer a lista deles é semelhante à elaboração da lista dos “santos”. Além disso, como santos muitos deles estão ainda vivos. E a Liturgia e Sacramentos são atos da Igreja em peregrinação. Assim, a lista está aberta. Esses nomes são ponteiros da “memória” ativada pela esperança.

SACRAMENTOS: UMA ABORDAGEM

Rev. Francisco de Assis da Silva

Porto Alegre, Junho/97

O termo *Sacramento* aparece na linguagem da Igreja do séc. III com Tertuliano, importado do cerimonial militar, de investidura do soldado. Na linguagem neo-testamentária, de fundo helênico, o termo equivalente é *mistério*. Ao adotar a nova linguagem, a Igreja uniu os dois sentidos: o visível e o invisível que caracterizam o sacramento. Por isso, a definição mais aceita para Sacramento é: “*um sinal externo e visível de uma graça interna e invisível*”. Por esse conceito é possível perceber uma clara afirmação do princípio da Encarnação: Deus se torna presente nas coisas mutáveis e visíveis para realizar seu propósito.

Normalmente, uma questão que ocupou e ainda ocupa o pensamento das pessoas é a eficácia dos Sacramentos. A posição hegemônica da Igreja aponta o seguinte: se um sacramento é ministrado na forma prescrita, na intenção/necessidade e com os elementos que lhe constituem, então ele é eficaz, independentemente do mérito de seus ministros.

Desde os tempos primitivos, uma especial importância tem sido dada ao Batismo e a Eucaristia, claramente referidos nos Evangelhos. Os demais, a despeito de não terem referência explícita, são comumente aceitos como Sacramentos, não havendo nenhuma ordenança contrária a eles. Pelo contrário, foram estabelecidos pelos apóstolos e seus sucessores.

ECONOMIA SACRAMENTAL

A partir do evento de Pentecostes, a Igreja inaugura sua manifestação ao mundo, através da dispensação do Mistério de Cristo. A Economia Sacramental portanto, é a ministração dos frutos do mistério pascal de Cristo, através da liturgia.

O ponto de partida dessa Economia é o próprio Deus que, desde a Palavra criadora, tem abençoado sua criação. Ao longo da história bíblica, as bênçãos divinas se sucedem, através dos grandes momentos sacramentais, recordados pela Lei, pelos salmistas e pelos profetas.

Em Cristo, esta economia sacramental chega ao ápice (Hb 1.1-4), como realização da promessa feita aos Pais. Na liturgia da Igreja celebra-se o mistério pascal, pelo qual definitivamente Deus comunica sua Graça ao mundo e às pessoas. Esta comunicação não se prende ao passado, mas permanece presente na vida das pessoas até a consumação de todo o desígnio de Deus.

Assim como Cristo foi enviado pelo Pai, ele próprio envia seus apóstolos, para continuarem a obra da salvação por atos e palavras. Dessa forma, a Igreja como continuação do ministério sacramental de Cristo, torna-se despenseira da economia sacramental. Nessa tarefa, o Espírito Santo desempenha papel preponderante, é ele que torna presente o Cristo vivo no meio da Igreja e capacita-a, pedagogicamente, para a liturgia (serviço de Deus).

SACRAMENTO, FÉ E SALVAÇÃO

Como oferenda de Deus para a humanidade, os sacramentos exigem uma resposta de seus destinatários. Esta resposta é a fé com que os recebem. Há, por assim dizer uma “cooperação” entre os sacramentos e a fé, pois ambos se pertencem e se fortalecem. Pela fé os Sacramentos renovam os cristãos que, por sua vez reafirmam sua fé, ampliando sua reverência em relação a eles, e se comprometendo cada vez mais para o amor ao mundo (*fides formata caritate*).

Naturalmente, como meios da Graça de Deus, os Sacramentos contribuem para o “desenvolvimento da Salvação”, através de um processo de nutrição constante, nos diversos momentos do cotidiano das pessoas. Não como um arranjo privado entre a pessoa e Deus, mas uma comunhão que envolve e aproxima todas as pessoas que se reúnem em nome de Cristo. Nesse sentido os Sacramentos ampliam a consciência da comunidade dos salvos.

BATISMO: O COMEÇO DA ETERNIDADE

Chamado comumente de sacramento da iniciação, o batismo é o começo da nossa vida de fé. Por ele somos regenerados como filhos e filhas de Deus, enxertados no Corpo de Cristo e nos tornamos participantes de sua missão. Instituído pelo próprio Cristo, ele é símbolo de nossa identidade com o batismo d’Ele, isto é, seu mergulho ao Hades e sua ressurreição gloriosa (Rm 6:3-4).

Dessa forma, a pessoa batizada fica assinalada pelo “caráter” do Filho de Deus, de forma indelével, não devendo ser repetido nunca. Esse selo compromete a pessoa cristã a servir a Deus, através do sacerdócio batismal.

Cada elemento da celebração batismal tem seu significado próprio. A água representa a purificação de nossos pecados e, igualmente a nova vida. O óleo representa a unção do Espírito que investe o batizado do sacerdócio universal. O Círio representa a iluminação, em oposição às trevas do pecado, e o compromisso de iluminar o mundo como discípulo de Cristo.

EUCARISTIA: O BANQUETE CELESTIAL

O Sacramento eucarístico, também chamado de sacramento do Evangelho assim como o Batismo, é o ponto culminante da pertença ao Povo de Deus. Instituído pelo próprio Cristo, representa um aperitivo da comunhão plena entre o céu e a terra. O ato eucarístico reúne diversos significados, pois inclui (a) uma ação de Deus, em Cristo, ao encontro de seu povo; (b) uma apropriação do próprio Filho de Deus pelo povo que confessa seu nome; (c) uma ação do povo em relação à Deus, pelo reconhecimento de sua glória; (d) uma confissão prática da unidade mística de todos os fiéis, uns com os outros e com a multidão celestial.

Nessa perspectiva, a Eucaristia oferece tudo o que é necessário para a vida comunitária da Igreja. Ouvimos a Palavra, que nos orienta para a vida. Vivemos a partilha afetiva com as outras pessoas. Expomos a Deus as necessidades do mundo e as nossas próprias. Somos alimentados para prosseguir na missão e renovamos nossa confiança nas promessas do Pai Celestial. Em suma, muito mais que palavras a Eucaristia é uma autêntica expressão do amor de Deus.

CONFIRMAÇÃO: COMPROMETIMENTO COM O REINO

O Sacramento da Confirmação é a continuação do que começou com o batismo. Significa o desenvolvimento de uma maior consciência da natureza de ser cristão. Ele nos une mais profundamente à Igreja e nos capacita com os dons do Espírito Santo. Nesse sentido, ele nos confere o poder e a autoridade de confessar publicamente a fé em Cristo.

Pode-se afirmar que a confirmação é o sacramento da pela incorporação do batizado à Igreja, haja visto que, na tradição ocidental, o sacramento é ministrado pelo Bispo, símbolo da plenitude ministerial.

Pela recepção do sacramento, a pessoa assume por si mesma (sem necessariamente prescindir de "fiadora") a responsabilidade de participar da missão da Igreja. Antes de ser aceita a comunhão de crianças, a Confirmação era pré-requisito para participar da Eucaristia.

ORDEM: SERVIÇO AO POVO DE DEUS

A Igreja como Corpo de Cristo, partilha a sua vida e tem uma função ministerial que deriva d'Ele. Cada cristão tem sua participação neste ministério amplo, chamado a oferecer ações de graça, interceder pelos outros e viver o serviço ao mundo.

Dentre esse corpo numeroso, Deus vocaciona homens e mulheres para um serviço específico dentro da comunidade. A essas pessoas é conferida a responsabilidade de pregar e explicar a Palavra, ministrar os sacramentos e exercer autoridade dentro da Igreja.

O exercício dessa autoridade, porém, deve estar marcada pelo senso do serviço. Ao invés de ser buscada por iniciativa pessoal, a ordem é conferida às pessoas que, por sua vida e testemunho, recebem a recomendação do clero e do Laicato. Como derivação do ministério do próprio Cristo, o único como Sacerdote, as ordens na Igreja devem afirmar-se menos pelo poder do que pela humildade.

A Igreja Anglicana conserva a Tradição da tríplice ordem: Bispos, Presbíteros e Diáconos. Os bispos e bispas, chamados a serem sucessores dos apóstolos, são chamados à presidência e serem os guardiães da fé, unidade e disciplina da Igreja. Os presbíteros e presbíteras são chamados a proclamar a Palavra e ministrar os sacramentos. E os diáconos e diáconas são chamados a interpretar para a Igreja as necessidades e esperanças do mundo e assistir bispos e presbíteros no seu ministério.

MATRIMÔNIO: A PARTILHA DA HUMANIDADE

Amar é uma experiência profundamente humana. Quando se decide submeter esse amor à vontade de Deus, ele assume o testemunho do próprio amor divino. No matrimônio, Deus oferece seu próprio amor para fortalecer e nutrir a vida dos nubentes.

Neste Sacramento, a Igreja funciona como testemunha da manifestação de vontade de nubentes, declarando a bênção de Deus sobre essas vontades. Na verdade, os verdadeiros ministros são os nubentes e os responsáveis por sua implementação, sem contudo prescindirem do apoio de toda a comunidade.

Partilhar a vida com um (a) companheiro (a) tem sérias implicações, especialmente em meio à sociedade atual. No entanto, o dever da Igreja é oferecer subsídios para que o casal possa experimentar a fidelidade, o serviço desinteressado ao outro e a promoção da dignidade entre ambos.

É importante observar também, que esse testemunho não se restringe à vida privada do casal, mas implica num compromisso com a transformação da sociedade. Num mundo marcado por tantas divisões e conflitos, o matrimônio serve como uma contrapartida de comunhão.

A falibilidade das pessoas e a rápida transformação da sociedade tem, no entanto, levado muitos matrimônios a se desfazerem. A Igreja necessita oferecer a essas pessoas o socorro espiritual de que precisam, para refazer

em suas vidas e experimentarem a misericórdia de Deus. Por isso, admite-se a possibilidade de as pessoas, acompanhadas pastoralmente, reconstruírem-se afetivamente com novo (a) parceiro (a) sem perda do valor intrínseco do Sacramento.

RECONCILIAÇÃO: TEMPO DE RECOMEÇO

Ninguém está livre da ação do pecado. Ele é, por assim dizer, a demonstração cotidiana da nossa humanidade. A História está repleta de eventos que revelam a incapacidade de homens e mulheres serem perfeitos. O pecado tem uma força destruidora tamanha que seus efeitos perduram no tempo e em intensidade.

A misericórdia de Deus, porém, se oferece renovadamente ao seu povo, para restaurar os abatidos e abater os exaltados. Por isso, a Igreja celebra o Sacramento da Reconciliação. Por ele, podemos ser restaurados pela ação do Espírito Santo e nos fortalecemos para o testemunho.

A reconciliação pressupõe sinceridade na confissão, pois para Deus mais importante que a perfeição é a integridade. A confissão feita mecanicamente, ou até mesmo por mero hábito, não é meio adequado.

A absolvição declarada pela Igreja é demonstração de que Cristo lhe conferiu poder para mediar a graça de Deus. Pela absolvição, o pecador é restaurado na relação com Deus, consigo mesmo e com o povo de Deus.

UNÇÃO DOS ENFERMOS: CONFORTO NA DOR

A enfermidade expõe as pessoas à solidão, fraqueza e ansiedade. O próprio Jesus experimentou estes estágios em seu sofrimento. Por todo o seu ministério terreno preocupou-se com os enfermos, trazendo-lhes nova vida. Por isso, na doença, Cristo nos visita para dar a força espiritual que permite interpretar a doença como meio de aprofundarmos nossa fé.

O Sacramento da Unção é a demonstração do amor de Deus, que não abandona seu povo, trazendo conforto, esperança ou mesmo resignação. A imposição de mãos e a unção com óleo são símbolos visíveis que manifestam a graça interna da bênção e do conforto ao enfermo. Esta graça é um conforto do Espírito Santo que solidifica a confiança em Deus e abre caminho para a cura espiritual e também a do corpo. Se, porém, não é possível a cura física, o Sacramento torna-se uma preparação confortadora para a entrada da pessoa no Reino do Pai Celestial.

CONCLUSÕES

A título de fecho, é possível dizer que os Sacramentos acompanham a vida humana em todos os seus estágios. Cada um se relaciona com cada fase, contemplando a necessidade do povo de Deus. Ao mesmo tempo que reconhece a fraqueza de cada pessoa, afirma a dignidade de todo ser humano. Deus se doa e faz da Igreja o instrumento de sua ação permanente e inesgotável. Cada um de nós pode expressar concretamente a experiência dessa graça divina em nossas vidas.

A PRÁTICA PASTORAL DOS SACRAMENTOS

Rev. Eduardo Grillo, OST

A Igreja nos ensina que os sacramentos são meios de graça, ou seja, são formas através das quais o amor salvador de Deus chega até nós. Aprendemos no antigo catecismo da IEAB a definição de sacramento: “sacramento é um sinal externo visível de uma graça interna espiritual”.

Isto pressupõe que um sacramento é dividido em duas partes. A primeira vem da primeira metade da definição acima. Um sinal é algo que aponta para algo que é maior que ele próprio. Por exemplo, uma placa, num poste, com a palavra escola aponta para algo maior que a própria placa. A placa não é a escola, apenas indica que há uma escola nas proximidades. Continuemos. Externo é algo que está fora de nós ou de nosso corpo. Por exemplo, existem remédios de uso interno, como xaropes e comprimidos e há remédios de uso externo, como pomadas e colírios. Finalmente, visível é algo que podemos enxergar. Desse modo, a primeira parte da definição de sacramento é caracterizada pelo uso de gestos e elementos concretos que sentimos e enxergamos e que apontam para uma realidade maior.

A segunda parte do sacramento, às vezes, é mais difícil de ser percebida. Ela acontece dentro de nós sem que possamos medir sua intensidade. Por isso, é interna. Nós não a vemos, mas ela acontece de modo maravilhoso. Por isso, é espiritual. E isso tudo não acontece porque nós queremos ou fazemos alguma coisa. É um presente, um dom de Deus, uma graça (“*charis*”) oferecida.

Falar assim pode tornar as coisas difíceis de entender. Então, vamos analisar cada um dos sacramentos e ver como se caracterizam essas duas partes.

SANTO BATISMO

Qualquer pessoa que tenha participado de uma celebração do Santo Batismo deve ter percebido o uso de elementos visíveis que tentam traduzir o profundo simbolismo da iniciação cristã marcada por esse sacramento. A **água**, o **óleo** e a **vela** (círio) são os sinais externos visíveis. A **água** simboliza a morte para o pecado e o ressurgir para uma nova vida. O **óleo** simboliza a unção (escolha) do Espírito Santo que nos consagra para essa nova vida. Por fim, a **vela** batismal simboliza a luz do Cristo ressurreto e vitorioso que nos ilumina nos caminhos da vida.

O sacramento do Batismo é único, só acontece uma vez. Deve ser preferencialmente realizado na celebração principal da comunidade, num sinal do compromisso de toda a comunidade com a pessoa que se agrega à família do Senhor.

O *Livro de Oração Comum*, a partir da página 162, traz todas as informações pastorais e litúrgicas a respeito da celebração deste sacramento, desde o texto do rito em si, sugestões de leituras bíblicas e orações apropriadas, além da previsão de datas especiais para o batismo ser celebrado, o papel dos padrinhos (testemunhas, fiadores), entre outras coisas.

SANTA EUCARISTIA

A vida de adoração da Igreja é centrada na Santa Eucaristia, na Santa Comunhão do Corpo e Sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo. O *Livro de Oração Comum* afirma que a Santa Eucaristia é o ato central de adoração do povo de Deus

Ao participarmos da mesa eucarística, experimentamos a graça da comunhão maravilhosa com Deus, nutrindo-nos, por sua presença real, nos dons do pão e vinho. Nós não explicamos onde está e quanto de Deus há no pão e no vinho. Apenas afirmamos que sacramentalmente nos alimentamos do próprio Deus que se oferece a nós por seu infinito e misericordioso amor. Pão e Vinho são os **sinais externos visíveis** da **graça interna espiritual** da presença de Cristo em nós, quando Dele nos nutrimos.

A Santa Eucaristia é um sacramento de unidade, "*pois embora muitos, somos um só Corpo.*" A comunidade reunida celebra a presença viva de Cristo no sacramento do seu Corpo e Sangue. É o alimento do povo de Deus e o requisito essencial para participar deste banquete da família de Deus é ser batizado, é ser membro desta família.. A Santa Eucaristia é um sacramento permanente, que nos acompanha em toda a nossa vida de fé e discipulado. Na Mesa do Senhor somos todos iguais, aceitos por Deus que nos reúne, nos

alimenta e nos envia ao mundo para viver e proclamar o seu amor

O *Livro de Oração Comum* traz todas as orientações de como deve ser celebrada a Santa Eucaristia, apresentando-nos dois ritos completos (I e II), além de duas orações eucarísticas alternativas (A e B).

CONFIRMAÇÃO

Nos primeiros tempos da Igreja a Confirmação não era distinta do Batismo. Com início da prática do batismo de crianças, foi necessário a existência de um outro ato sacramental que marcasse o compromisso pessoal, público e definitivo com Jesus Cristo e sua Igreja. As promessas da Confirmação são muito semelhantes as do Batismo.

Para muitos, a Confirmação é o sacramento da maturidade cristã, ou ainda para alguns, uma espécie de “ordenação ao laicato pleno ” da Igreja. Isto significa que a Confirmação deve ocorrer quando uma pessoa quer real e conscientemente , de vontade livre e espontânea, assumir o compromisso da vida cristã em uma paróquia ou missão da Igreja. É um sacramento único e permanente, pois só acontece uma vez na vida.

O **sinal externo** neste sacramento é a **imposição das mãos**, pelo Bispo, sobre a cabeça do(a) confirmando(a), unguindo-o(a) com um **óleo** apropriado, chamado de **crisma**.

O **sinal interno** da Confirmação é o **dom do Espírito Santo**, graça inestimável de Deus que nos habilita, ampara e sustenta numa vida de discipulado e compromisso com o Reino.

Pastoralmente, apontamos algumas considerações básicas: não há idade mínima ou máxima, o critério é o discernimento; o requisito básico é a pessoa ser batizada; deve haver instrução prévia das pessoas candidatas à Confirmação; é recomendável que a pessoa seja comungante e que tenha algum tipo de envolvimento na comunidade.

O Livro de Oração Comum traz as orientações necessárias e o texto do rito da Confirmação das páginas 174 a 181.

PENITÊNCIA E RECONCILIAÇÃO (CONFISSÃO)

Vivemos num mundo de exclusão. Pessoas se vêem separadas e distantes umas das outras sem mesmo saber o porquê. Na compreensão cristã o pecado é o afastamento de Deus e dos irmãos/irmãs. Há um rito sacramental na Igreja que busca a reconciliação, possibilitando a cada pessoa um retorno, um reencontro consigo mesma, com as outras pessoas e com Deus. Trata-se do sacramento da Confissão ou mais modernamente, a Reconciliação de um Penitente.

A experiência de partilhar os problemas, as angústias e os erros na comunidade cristã é muito antiga. A própria Escritura exorta as pessoas cristãs à confissão mútua e a solidariedade irrestrita (“*confessai-vos mutuamente*” e “*carregai os fardos uns dos outros*”). O pecado caracteriza-se pela experiência do afastamento de Deus e daqueles que nos cercam. A liturgia da Igreja afirma na fórmula da confissão comunitária que “...os pecados que temos cometido por pensamentos, palavras, obras e omissões, contra ti, contra o nosso próximo e contra nós mesmos...”. Isso significa que o pecado tem conseqüências pessoais e sociais, pois rompemos com Deus e com as pessoas, além da “ferida” que causamos em nós mesmos.

A intenção da reconciliação é restaurar a comunhão perdida, trazer de volta a pessoa ao seio da comunidade, com a dignidade recuperada e experimentando o perdão. Na prática pastoral da Igreja, a **confissão auricular** (*literalmente, ao ouvido*) sempre foi realizada diante de um ministro da Igreja, geralmente um presbítero. O caráter sacramental é marcado pelo processo de arrependimento, confissão e absolvição. A declaração de absolvição pelo ministro é o gesto sacramental da reconciliação da pessoa penitente. Este rito sacramental da Igreja não é um julgamento nem mera punição, mas acolhida, perdão e restauração.

Na fórmula anglicana deste rito o (a) presbítero (a), ao final num sinal de fraternidade solidária, despede o penitente em paz e pede que este ore por ele, presbítero, também um pecador.

Não há um local específico ou especial, embora realizar este rito sacramental junto ao altar de Deus seja bastante significativo, mas o mais importante é que o sacerdote lembre-se de que ele é, acima de tudo, um sinal do amor reconciliador de Deus para com a pessoa penitente.

SANTO MATRIMÔNIO

O ser humano não foi feito para viver sozinho. Só nos tornamos mais plenamente humanos quando compartilhamos a vida com alguém. Uma das formas de experimentar uma comunidade de amor é o casamento ou matrimônio. O Livro de Oração Comum afirma que a procriação não é a meta principal e exclusiva do casamento. Pelo contrário, em primeiro lugar está a edificação mútua e a ajuda e consolo recíprocos em qualquer situação. Por fim, havendo possibilidade, deseja-se a procriação dos filhos e sua educação no conhecimento e no amor de Deus

O **sinal externo** do matrimônio é marcado pelas **promessas** solenes, pela entrega e recepção de **alianças** e pela **união de mãos** entre os noivos, além da declaração de casamento pelo(a) presbítero(a). O **sinal interno** é a

benção de Deus sobre a união do casal que decide aceitar o amor de Deus em sua vida conjugal.

O sacramento do matrimônio sempre foi compreendido como um sacramento permanente e único, para toda a vida. Porém, com as constantes transformações nos valores e padrões culturais, sociais e familiares, com o advento e a legalização do **divórcio**, e seu reconhecimento pela Igreja Anglicana, foi permitido as pessoas uma nova oportunidade, uma outra possibilidade de refazer sua vida conjugal. As segundas núpcias são precedidas de um cuidadoso **processo** de acompanhamento pastoral, que passa, inclusive, pelo Bispo diocesano e deve ter um parecer favorável deste para que possa ser efetivado legal e sacramentalmente.

O **Livro de Oração Comum**, a partir da página 182, traz todas as orientações pastorais e litúrgicas para a realização deste rito sacramental, além de sugestões de leituras bíblicas.

SAGRADAS ORDENS

A vocação cristã que recebemos no Batismo pode ser vivificada de várias formas. Uma delas é o Ministério (serviço) Ordenado. Na Igreja Anglicana, esse Ministério é caracterizado por três ordens distintas, porém complementares entre si: diaconato, presbiterado e episcopado.

Costumamos dizer que Deus é quem desperta a nossa vocação, quem nos chama, mas é a Igreja quem nos ordena, nos separa/prepara para o serviço de Deus no mundo. Nenhuma pessoa é ministra (o) ordenada (o) de si mesma, por si mesma ou para si mesma. A Ordenação é concedida, recebida e reconhecida pela Igreja.

Em todo chamado há uma escolha, uma eleição, devendo ser sempre respaldada pela comunidade de onde provém a (o) candidata (o). Isto atesta que o ministério é de toda a Igreja, visando o bem comum e caracterizando a diversidade de serviços e dons.

Ao recebermos a ordem, num solene e público ofício de ordenação, assumimos um compromisso com Deus e com a Sua Igreja. Diante da Igreja reunida ocorre o reconhecimento público do chamado ministerial e uma delegação, também pública, de poder, autoridade e serviço ao povo de Deus.

O **Ordinal Anglicano**, que é a parte do *Livro de Oração Comum* que traz os textos litúrgicos e as devidas orientações para os ofícios de ordenação (diaconato e presbiterado) e sagração (episcopado), que caracterizam a especificidade de cada ordem do ministério e suas atribuições.

UNÇÃO DOS ENFERMOS

A origem dessa prática é bíblica, conforme a **Carta de São Tiago**, no **capítulo 5**, versículos 13-16. A unção com óleo (azeite) sempre significou um **gesto de restauração e cura**. Simboliza o Espírito de Deus que restaura e **renova a saúde e o vigor das pessoas enfermas**.

O ministro unge com o **óleo a frente** (testa) e as **palmas das mãos** da pessoa enferma, num sinal de cura e restauração daquilo que a pessoa sente, pensa e faz.

A imposição de mãos e unção com óleo não é realizado apenas como extrema unção, quando alguém está a à beira da morte. Ao contrário, ela nos acompanha em nossa vida. é um sacramento de salvação total, da saúde integral do ser humano. É um sacramento de esperança, sinal da presença concreta de Deus na vida do enfermo.

A Unção dos Enfermos é também um sacramento comunitário da restauração do corpo da Igreja pois conforme nos diz São Paulo “ se um membro do corpo sofre, todo os membros do corpo compartilham do seu sofrimento (I Co 12:26). Quando este sacramento é celebrado nos lares das pessoas enfermas, toda a família é convidada a participar.

Não existe obrigatoriedade ou incompatibilidade litúrgica no fato de que a Unção dos Enfermos seja ministrada junto com a santa eucaristia, ficando a decisão a critério do(a) presbítero(a) ou de acordo com a orientação pastoral do bispo diocesano.

O MÉTODO SACRAMENTAL E A VIDA HUMANA

*Extraído do Livro "A fé que professamos"
de James Pike e Norman Pittenger*

É notável o paralelismo íntimo que existe entre os sacramentos e ritos sacramentais da Igreja, de um lado, e os estágios naturais da vida humana, de outro. Isso é uma prova da validade da vida sacramental dos fiéis cristãos. Nascermos dentro de uma família humana, pelo Santo Batismo tornamo-nos membros da Igreja de Cristo e herdeiros do reino dos Céus. Necessitamos de fortalecimento natural quando assumimos os deveres e responsabilidades da vida adulta, na Confirmação recebemos o Espírito Santo que nos dá poder na nossa carreira cristã. Temos que ser continuamente alimentados com comida natural para poder manter-nos fortes e saudáveis, na Ceia do Senhor ou Santa Comunhão nossas almas são "fortalecidas e confortadas pelo Corpo e Sangue de Cristo, que são espiritualmente tomados e recebidos pelos fiéis na Ceia do Senhor". Podemos casar e constituir nova família, no Santo Matrimônio somos abençoados por Deus e Sua Igreja e assim fortalecidos neste voto e aliança. Desviamo-nos e precisamos da certeza de sermos perdoados por aqueles a quem ofendemos, na Absolição, provida pela Igreja, temos a segurança do perdão e amor de Deus. Somos chamados a várias espécies de ocupações ou profissões a fim de continuar o trabalho no mundo, como cristãos somos chamados a servir a Deus na nossa vocação e ministério particular, e os que vão servi-lo como ministros ordenados na Igreja de Cristo são separados para o seu ofício especial. Caímos doentes, precisamos de assistência médica ou psiquiátrica a fim de recobrar a saúde, no rito da Unção dos enfermos a Igreja provê para nós um meio pelo qual a graça de Deus pode ser concedida de maneira especial, para a saúde da nossa alma e a libertação dos males do corpo.

Essa correspondência é tão necessária que dificilmente podemos considerá-la acidental. Os membros da família da fé crêem que ela é providencial, prevista pelo cuidado de Deus em nosso favor. A vida sacramental da Igreja é parte vital e essencial do Cristianismo. Deus cuida dos seus filhos, e na sua Igreja Ele nos deu um lar espiritual, no qual crescemos em graça, à medida que crescemos em idade.

REFERÊNCIAS CANÔNICAS ACERCA DA PASTORAL DOS SACRAMENTOS

CAPÍTULO I – Da Organização e da Administração

CÂNON 12

Do Regulamento dos Leigos

Art. 1º - São membros batizados da IEAB todas as pessoas que receberam devidamente o Santo Batismo em nome da Santíssima Trindade e estejam arroladas em uma paróquia ou missão da IEAB.

§ único – as pessoas batizadas em locais que não sejam paróquias ou missão são necessariamente arroladas pelo ministro celebrante numa paróquia ou missão.

Art. 2º - São membros comungantes da IEAB todos os membros batizados que participam assiduamente da Santa Eucaristia.

Art. 3º - São membros confirmados da IEAB todas as pessoas confirmadas segundo o uso e preceitos do Livro de Oração Comum, e todas aquelas que, confirmadas por bispos de sucessão apostólica, sejam devidamente recebidas em comunhão por um bispo diocesano da IEAB.

Art. 4º - São membros em plena comunhão as pessoas confirmadas que participam assiduamente do sacramento da Santa Eucaristia e demais ofícios e contribuem fielmente para a manutenção da Igreja.

Art. 9º - Se algum ministro da IEAB tiver motivo de dúvida sobre a conduta moral de pessoa desejosa de receber algum sacramento, submete o caso ao bispo que decide inapelavelmente.

Art. 10º - Nenhum ministro pode recusar os sacramentos do Batismo ou da Santa Comunhão a pessoa penitente ou em iminente perigo de morte.

CÂNON 13

Do Santo Matrimônio

Art. 2º - O matrimônio somente pode ser celebrado, de acordo com o rito desta Igreja, depois de cumpridas as seguintes condições:

I. Prova de habilitação para o casamento, de acordo com a

- legislação civil vigente;
- II. Publicação dos proclamas, na forma prescrita pelo Livro de Oração Comum, durante três domingos consecutivos, nos ofícios de maior afluência de fiéis, ou afixação dos proclamas à entrada principal da Igreja durante as duas semanas imediatamente precedentes à data da celebração do casamento;
 - III. Palestras do celebrante com os nubentes de caráter pastoral, versando sobre a doutrina cristã do casamento e da família, sobre o Ofício do Santo Matrimônio e sobre a importância do ministério da Igreja para a saúde da vida conjugal.
 - IV. Verificação de que, ao menos, um dos nubentes tenha recebido o batismo cristão.
 - V. A celebração do Santo Matrimônio é feita na presença de, no mínimo, duas testemunhas, em dia, hora e local previamente divulgados.
 - VI. Não se pode celebrar o Santo Matrimônio por procuração.

Art. 4º - Por decisão favorável do bispo diocesano, podem casar os divorciados, de acordo com a lei civil, desde que ambos frequentem a Igreja durante pelo menos um (1) ano e a cerimônia religiosa seja precedida do novo casamento civil.

§ único – para os efeitos do presente Artigo, além das exigências do Artigo 2º, deve ser formalizado processo em que conste traslado da sentença do divórcio, transitado em julgado, o qual será encaminhado ao bispo diocesano.

Art. 7º - Qualquer clérigo desta Igreja pode, por motivos de consciência, recusar-se a celebrar qualquer cerimônia matrimonial e tais razões não lhe são exigíveis pela Autoridade Eclesiástica.

CAPÍTULO II – Do Culto

CÂNON 1 Da Liturgia

Art. 2º - O Livro - Padrão do Livro de Oração Comum da IEAB é o exemplar do Livro de Oração Comum que contém a administração dos sacramentos e outros ritos e cerimônias, de acordo com o uso da IEAB, oficialmente adotado pelo Sínodo e autenticado pelo presidente e secretário das duas Câmaras do Sínodo.

§ 1º - As rubricas do Livro de Oração Comum tem força de lei e devem ser observadas em toda a Igreja.

§ 2º - As impressões do Livro de Oração Comum têm de se conformar no seu conteúdo e paginação, ao Livro – Padrão.

§ 3º - Nenhuma edição, tradução ou cópia do Livro de Oração Comum, ou partes dele, pode ser publicada ou usada nesta Igreja sem a autorização do Custódio do Livro – Padrão, comprovando que a edição, tradução ou cópia a ele se conformam.

CAPÍTULO III – Dos Ministérios

CÂNON 3

Dos Postulantes ao Ministério Ordenado

Art. 1º - Qualquer membro em plena comunhão, desejoso de ingressar no ministério ordenado, deve dar ciência ao ministro da Igreja em que estiver arrolado como comungante, expondo-lhe os motivos e intenção.

§ único – Na possibilidade de contato com o ministro, o interessado deve recorrer a qualquer presbítero da diocese em que esteja jurisdicionado e de quem seja conhecido.

Art. 3º - O bispo, após entrevistar-se pessoalmente com o interessado para saber de seus motivos, aspirações e sua situação pessoal, autoriza o aspirante, com a assessoria da Comissão de Ministério da Diocese, a dar início ao processo de admissão a postulante ao ministério ordenado.

Art. 7º - Admitido como postulante, o requerente será encaminhado pelo bispo a um seminário teológico reconhecido pela IEAB ou, em casos especiais, a um plano de estudos teológicos organizado, a critério do bispo, em consulta com a Comissão de Ministério da Diocese.

Art. 8º - O postulante, nas Têmporas do Advento e de Pentecostes, no mínimo, presta ao bispo relatório escrito sobre sua vida espiritual, seus estudos e atividades; e o bispo deve, à vista desses relatórios, entrevistar-se pessoal e regularmente com o postulante, dando-lhe aconselhamento e auxílio pastoral.

CÂNON 4

Dos Candidatos às Sagradas Ordens

Art. 1º - Decorridos dois (2) anos de sua admissão como postulante ao ministério ordenado e aproximando-se a época de sua ordenação, pode o interessado requerer sua aceitação como candidato às Sagradas Ordens, mediante requerimento dirigido ao bispo sob cuja jurisdição se encontrar.

§ único – O bispo, ouvido o Conselho Diocesano, pode excepcionalmente reduzir o prazo de que fala o presente artigo, respeitado o mínimo de 6 meses.

Art. 2º - O citado requerimento é instruído com os seguintes papéis:

- I. Recomendação fornecida pelo reitor e congregação do Seminário em que se encontra estudando o requerente ou, em casos especiais, pela Comissão de Ministério da Diocese;
- II. Declaração fornecida pela Comissão de Ministério da Diocese, nos seguintes termos:

“Nós abaixo assinados, declaramos conhecer pessoalmente e o consideramos possuidor das aptidões necessárias ao bom desempenho do Ministério Ordenado, para a Glória de Deus e edificação da Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica de Cristo”.

- III. Certificado de aproveitamento escolar do requerente fornecido pelo Seminário Teológico ou, em casos especiais, pela Comissão de Ministério da Diocese;
- IV. Atestado de exame clínico, psicológico e psiquiátrico em relatório reservado, subscrito por médicos indicados pelo bispo, segundo formulário especial fornecido pela IEAB. À vista do resultado dos exames citados no Item IV do Artigo 4º do Cânon 3º do Capítulo III, o bispo pode dispensar o postulante da apresentação deste atestado.

§ único – Se o requerente tiver sido anteriormente admitido como postulante em outra diocese, deverá anexar cópia autenticada da Carta de Transferência fornecida pela Autoridade Eclesiástica que o admitiu.

Art. 4º - Convencido de que o requerente possui as aptidões necessárias ao desempenho do ministério ordenado, o Conselho Diocesano o recomenda ao bispo para aceitação como candidato às Sagradas Ordens e conseqüente ordenação, nos termos da fórmula seguinte.

"Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Diocesano da Diocese , reunidos em sessão regular (ou especialmente convocada) no dia de de A. D., certificamos que, após exame nos papéis submetidos por, junto com seu requerimento de aceitação como candidato às Sagradas Ordens, os achamos todos em ordem. Declaramos, outrossim, que, à vista de sua vida honrada, sóbria, honesta e piedosa, e de sua submissão à Doutrina, ao Culto e à Disciplina desta Igreja, achamos por bem recomendá-lo à ordenação ao Sagrado Ministério da Igreja".

CÂNON 5

Do Exame Canônico para a Ordenação ao Diaconato

Art. 1º - O Candidato às Sagradas Ordens, cumpridas as disposições do Cânon 4 deste Capítulo, comparece perante a Junta de Capelães ...

Art. 4º - A Junta de Capelães Examinadores informa, por escrito e pormenorizadamente, ao bispo da diocese os resultados dos exames aos quais submeteu o candidato, opinando sobre a sua capacidade intelectual e convicção pessoal a respeito da matéria examinada.

CÂNON 6

Da Ordenação ao Diaconato

Art. 1º - De conformidade com a tradição da Igreja, as cerimônias de ordenação são feitas nas Têmporas, exceto se o bispo escolher ocasiões especiais.

Art. 3º - A data, hora e local do ofício e nome de cada ordinando são previamente divulgados, tanto na Igreja em que se celebrar a ordenação, como nas demais Igrejas da diocese, durante as duas semanas precedentes.

§ único - O bispo somente pode marcar a data da ordenação depois de satisfeitos todas as exigências referentes aos candidatos.

Art. 4º - O Ofício de Ordenação se reveste sempre de caráter solene e público.

CÂNON 11

Dos Diáconos e Seus Deveres

Art. 1º - São deveres do diácono:

- a) pregar a palavra de Deus;
- b) servir ao presbítero a quem responde;
- c) cuidar dos pobres e doentes e todos aqueles que enfrentam problemas;
- d) batizar quando for requerido.

CÂNON 12

Dos Presbíteros e Seus Deveres

Art. 1º - São deveres do presbítero zelar pastoralmente pelas paróquias, assegurando que as crianças, os jovens e os adultos recebam instrução sobre as Santas Escrituras, sobre o catecismo, a doutrina, a disciplina e o culto desta Igreja, bem como as responsabilidades no exercício de seus ministérios como membros batizados, sendo assim pastor e guia da congregação entregue aos seus cuidados.

Art. 3º - A responsabilidade e a autoridade pela celebração do culto e pela jurisdição das congregações, sujeitas às rubricas do Livro de Oração Comum, à Constituição da IEAB e aos Cânones desta Igreja, bem como a direção pastoral do bispo, estão investidas:

- a) nas paróquias, no seu reitor;
- b) nas paróquias subvencionadas, no seu pároco;
- c) nas missões, no seu ministro encarregado

Art. 5º - É responsabilidade do presbítero preparar as pessoas para o batismo, instruindo os pais e padrinhos sobre o significado do batismo, sobre as responsabilidades deles na formação da criança batizada e como devem executar essas obrigações.

Art. 6º - É dever do presbítero preparar as pessoas para a Confirmação, Recepção à Comunhão da Igreja e Reafirmação dos Votos Batismais, e estar preparado para apresentá-los ao bispo com uma lista de seus nomes.

CÂNON 17

Dos Bispo Diocesanos

Art. 1º - Bispo diocesano é o bispo com jurisdição numa diocese, responsável por sua liderança pastoral e administrativa, eleito para tal fim.

Art. 2º - É dever do bispo diocesano visitar as congregações de sua jurisdição, no mínimo, uma vez a cada dois anos, para exercer sua função pastoral, avaliar o estado das paróquias e missões, averiguar o comportamento do clero, administrar a Confirmação, pregar a Palavra e, à sua discrição, celebrar o sacramento da Santa Eucaristia.

1 - *Confirmação, Confissão e Absolvição, Ordenação, Unção, Matrimônio.*

2 - *Doctrine in the Church of England, The 1938 Report with a new introduction by G. W. H. Lampe, p.126. Ver o resumo.*

3 - *DILLISTONE, F.W. The Power of Symbols, p.p.42ss.*

4 - *Matter in the Theological and Scientific Perspective - A Sacramental View, IN: Thinking about the Eucharist, SCM Press, 1972, p.35.*

5 - *For the Life of the World, N.York, National Student Movement, 1962.*

6 - *The Living Liturgy, Nova York, Oxford University Press, 1946.*

7 - *WEIL, Louis. Sacraments and Liturgy, Londres: Basil Blackwell, 1983*

8 - *Teólogos do século XVII, bispos que não prestaram juramento ao rei, por isso, também denominados de non-juror.*